

Consagração da Oca Indígena e o *alevante* dos Tabajara Alongá de Piripiri/PI: etnicidade, memória e espiritualidade indígena

Consecration of the Indigenous Oca and the Uprising of the Tabajara Alongá of Piripiri/PI: Ethnicity, Memory, and Indigenous Spirituality

Enviado em: 12-11-2024

Aceito em: 15-01-2025

Jussarina Adriana da Silva Carvalho¹

Francisco Sávio Silva Santos²

Carmen Lúcia Silva Lima³

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de refletir sobre a etnicidade dos indígenas Tabajara Alongá, que vivem na localidade Oiticica, município de Piripiri, Piauí, destacando a memória e a espiritualidade indígena como elementos que integram o processo de construção da etnicidade do grupo. Por meio de relato etnográfico será abordada a consagração da Oca Indígena, por ser um evento que demonstra o protagonismo da comunidade que se encontra em processo de emergência étnica e na conseqüente produção de sinais de distintividade cultural. As ações empreendidas nesse momento têm a finalidade de evidenciar a indianidade e criar limites de pertencimento entre indígenas e não indígenas, estas ações encontram-se alicerçadas pela memória dos “trancos velhos”, como assim são chamados os anciões da comunidade e amplamente difundida entre seus membros. A análise do evento evidenciará a etnicidade como um fenômeno político e uma construção decorrente da agência das pessoas que constituem o grupo, a partir de um processo de rememoração do passado motivado por aspirações do presente e um projeto de futuro.

Palavras-chave: Tabajara Alongá; Etnicidade; Memória

¹ Mestra em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí - PPGAnt/UFPI. Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. E-mail: adrianacarvalho865@gmail.com.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí - PPGAnt/ UFPI; Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: saviosilvasantos10@gmail.com

³ Doutora em Antropologia pela UFPE e docente do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí - UFPI. E-mail: carmensllucia@gmail.com

Abstract

This article aims to reflect on the ethnicity of the Tabajara Alongá Indigenous people, who live in the Oiticica locality, in the municipality of Piripiri, Piauí, highlighting Indigenous memory and spirituality as elements that are integral to the process of constructing the group's ethnicity. Through an ethnographic account, the consecration of the Indigenous Oca (traditional house) will be addressed, as it represents an event that demonstrates the community's protagonism during its process of ethnic emergence and the consequent production of cultural distinctiveness markers. The actions undertaken during this moment aim to emphasize Indigenous identity and establish boundaries of belonging between Indigenous and non-Indigenous people. These actions are grounded in the memory of the "old trunks," as the elders of the community are called, and are widely shared among its members. The analysis of the event will highlight ethnicity as a political phenomenon and a construction arising from the agency of the people who make up the group, based on a process of remembering the past, driven by present aspirations and a vision for the future.

Keywords: Tabajara Alongá; Ethnicity; Memory

Introdução

O movimento de emergência étnica no Nordeste Brasileiro, já amplamente discutido pela literatura antropológica da região (ARRUTI, 1997 E 2002; BARRETO FILHO, 1999 E 2000; OLIVEIRA FILHO, 1994, 1998, 1999 E 2000; LIMA, 2007, 2009 E 2020), é constituído por uma diversidade de casos. Neste trabalho, analisaremos o caso dos Tabajara Alongá da aldeia Oiticica, localizada no município de Piripiri/PI, utilizando o evento de consagração da Oca Indígena para refletir sobre o protagonismo dos que compõem esta coletividade na construção da etnicidade.

O foco da nossa análise privilegiará os comportamentos e as ações empreendidas, que indicam a demarcação de fronteiras étnicas por meio da evidenciação de distintividade existentes antes mesmo do processo de autodeclaração identitária construído no presente. Iremos identificar, ainda, a construção de novos sinais diacríticos que se inserem como uma inovação mais recente, a partir do evento de consagração de sua oca, momento em que foi possível presenciar diálogos e ações que indicavam o contínuo processo de construção da etnicidade do referido grupo, tanto a partir de modos próprios de saber e fazer, como no estabelecimento de relações com as outras comunidades indígenas do município.

Quando nos referimos aos modos próprios de saber e fazer, estamos considerando que o patrimônio cultural do grupo é dinâmico, acompanha o processo de emergência étnica

Revista Memória em Rede, Pelotas, v.17, n.32, Jan/Jun 2025 – ISSN- 2177-4129
<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria>

em curso. Vale registrar que a Unesco define claramente o que é Patrimônio Cultural Imaterial:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 4).

A descrição que faremos neste artigo, mostrará o Patrimônio Cultural Imaterial implicado pela etnicidade em construção. Estamos, portanto, diante de uma face política da cultura indígena, que passa por novas interpretações e transformações que se efetivam na transmissão de saberes e no processo de invenções de tradições (HOBBSAWM e RANGER, 1997) criadas no presente, em vista de legitimar a indianidade⁴.

Para uma melhor compreensão da delimitação desta observação etnográfica é importante destacar que o povo Tabajara Alongá não começa a construir sua etnicidade no referido evento. De acordo com os relatos de seus membros, a emergência étnica da comunidade se inicia por volta do ano de 2015, ocasião em que começam a integrar o movimento indígena do Piauí. Contudo, o conhecimento sobre a origem indígena e a percepção de distintividade cultural esteve sempre presente entre as famílias da região, que acionam memórias da migração de seus antepassados da serra da Ibiapaba no Ceará para o Piauí, a vinda de madrinha Zizuina da região de Cacimbas, localizada nas proximidades do rio Longá, em Batalha/PI e do costume de casamentos consanguíneos realizados na comunidade. Deste modo, as reflexões sobre a construção da etnicidade dos Tabajara Alongá, a partir dos sinais diacríticos evidenciados no evento de consagração da oca, acontece motivada tanto pela percepção das dimensões simbólicas e políticas que se fizeram presentes nesta ocasião como aquelas que se encontram preservadas na memória social (POLLAK, 1992) do grupo.

A construção de dados para produção deste artigo foi realizada através da observação do evento, da coleta de relatos por meio de entrevistas pré-elaboradas com anciões da comunidade e das falas de pajé Chicão durante a realização do evento. Contamos igualmente com a valiosa contribuição de Sávio Santos, cacique da comunidade

⁴ Contrariando qualquer possibilidade de essencialização, o termo indianidade faz referência ao processo de construção da identidade indígena, que de acordo com Viveiros de Castro (2011) é um projeto de futuro, não uma memória do passado.

Oiticica e coautor deste texto. Por meio dele pudemos acessar relatos de história da comunidade Oiticica e de como tem acontecido a emergência do povo Tabajara Alongá. Sua contribuição destaca ainda o protagonismo indígena na produção de suas próprias etnografias.

Esta produção tem como fundamentação teórica principal, as teorias da etnicidade (BARTH, 2000, COHEN, 1978; ERIKSEN, 1991 e 2002, WEBER, 1991), o conceito de memória social (POLLAK, 1989) e discussões sobre o ritual do toré (GRUNEWALD, 2004). O texto se encontra organizado em três sessões: na primeira é apresentada a origem da comunidade Oiticica e sua organização enquanto coletividade étnica; na segunda é realizada uma sucinta discussão teórica acerca da construção das fronteiras étnicas; e na última é feita a descrição e análise do evento de consagração da Oca dos Tabajara Alongá, percorrendo sobre sua etnicidade e a adoção de sinais diacríticos em seu processo de emergência étnica

Comunidade oiticica: breves considerações históricas

Em meados do século XIX, quando os irmãos Irineu Alves de Almeida e Vicente Alves chegaram às terras que hoje correspondem à comunidade Oiticica, estas se encontravam totalmente desabitadas. Vindo da cidade de Pedra Branca no estado do Ceará, os irmãos de pele clara descendentes dos indígenas Tabajara da Serra da Ibiapaba, localizada no mesmo estado, foram os responsáveis pelo início do povoamento da região. No Piauí, Irineu contraiu matrimônio com Jesuína, conhecida pelos anciões como madrinha Zizuina que veio de uma comunidade chamada Cacimbas, próximo a região do rio Longá no município de Batalha/PI. Desse casamento nasceu Geraldo Almeida, Gerônimo, Raimundo, Antônio Brasileiro, Custódia, Marcolina e Maria Antônia, que formaram a primeira geração nascida na comunidade com descendência dos Tabajara e dos indígenas da região das Cacimbas.

O irmão de Irineu, Vicente Alves que também se casou na região teve como filhos Raimunda, Horácio e Alexandre, ficando na comunidade apenas os descendentes de Raimunda e Alexandre, que se casou com sua prima Marcolina. Suas filhas se casaram com os irmãos José Teixeira da Silva e Raimundo Teixeira da Silva, filhos de Maria Teixeira da Silva e Pedro Luciano. De acordo com os relatos dos anciões, Maria era indígena vinda da região de Nazaré, na época município de Pedro II, mas hoje pertencente à Lagoa de São Francisco. Quanto a Custódia, filha de Irineu, casou-se com Antônio Rufino, conhecido como

pai Rufino, cujo a família, no Piauí instalada na região da Palmeira dos Urquiza, também foi uma das que desceram a serra da Ibiapaba adentrando os sertões.

A comunidade indígena Oiticica, que recebe esta denominação devido a uma espécie vegetal⁵ presente em grande quantidade na região, fica localizada 18 quilômetros ao sul da sede do município de Piripiri, na PI 477 que liga o município à cidade Pedro II. Possui hoje mais de 400 moradores e aproximadamente 100 famílias, em sua maioria católicas que têm a agricultura e a pecuária⁶ como principais atividades de sobrevivência. A estas somam-se também as rendas de bares, mercearias e de pessoas que trabalham na cidade, a prática da caça, pesca e o extrativismo vegetal, constituído da extração da palha de carnaúba e da retirada e comercialização da madeira “sabiá”. Os rios dos Matos e Angico Branco, respectivamente do lado nordeste e oeste da comunidade, possibilitam o exercício da pesca principalmente nos períodos de escassez da água.

A comunidade conta também com riachos e cachoeiras, sendo alguns perenes e outros sazonais. O relevo do território é acidentado, composto por morros, onde o clima é mais ameno e áreas planas com temperaturas mais elevadas. O solo do lado oeste é argiloso, principalmente nas regiões montanhosas e na parte central, no leste e no sul o solo é mais arenoso, possuindo também áreas de campo. No que se refere à vegetação, este território é rico em babaçuais, já muito explorados pela comunidade, carnaubais, tucunzeiros, buriti em algumas regiões e uma grande diversidade de plantas típicas da caatinga, do cerrado e algumas da Amazônia como a copaíba.

A caça e pesca são atividades consideradas muito importantes e celebradas pelos moradores que exibem e partilham com felicidade suas conquistas com a comunidade. O conhecimento tradicional sobre a prática destas atividades é repassado entre as gerações através da oralidade. Junto a esta vem o entendimento de que é preciso preservar as matas para que se tenha a caça e os rios para que se tenha o peixe, o que contribui com o equilíbrio ecológico do território. No contexto de emergência étnica, os costumes e as tradições orais promovem o contato com os rios e as matas e são ancorados por uma relação de conhecimento e respeito ao território habitado. Tudo isso favorece a criação de laços entre os moradores da comunidade, onde as práticas e saberes indígenas funcionam como ferramenta de fortalecimento do pertencimento identitário.

⁵ No passado a árvore oiticica foi um bem extrativista que se configurou como uma fonte de renda da comunidade ligada a produção de sabão

⁶ Criação de caprinos e ovinos.

No que diz respeito à forma de organização, um ponto percebido não somente pelos indígenas da Oiticica, mas igualmente pelas comunidades vizinhas, é a forma como seus membros se comportam nas atividades que participam. Quando as pessoas da comunidade saem para participar de algum evento, seja dentro ou fora de seu território, os moradores da Oiticica, formam grupos predominantemente compostos por pessoas da comunidade, devido ao costume de sempre preferirem estarem próximos uns aos outros nos locais que frequentam. Jaguatê⁷ declara que o povo da Oiticica é muito conhecido por esse comportamento, diz que: *“onde chega fica aquele ‘moin’, tudo junto feito o magote. Índio é só aquele ‘moi’, não fica separado, fica tudo junto”*. Esse comportamento grupal dos membros da comunidade demonstra e é percebido internamente como um costume indígena, uma forma de agir adquirida dos antepassados. Vivida no presente, tornou-se um sinal de distintividade do povo da Oiticica em relação às outras coletividades.

Em termos de relações de parentesco, a origem indígena é decorrente da existência histórica de três troncos familiares. O primeiro vem dos Tabajara da Serra da Ibiapaba do Ceará, o segundo decorre dos indígenas da Bacia do Rio Longá, região das Cacimbas em Batalha, e o terceiro é proveniente da aldeia Nazaré em Lagoa de São Francisco. Sobre este último vale destacar que corresponde ao território Tabajara Tapuio Itamaraty em que os indígenas também vivenciam o processo de emergência étnica. A contemporânea identificação étnica e o uso do etnônimo Tabajara Alongá vem dos referidos troncos. Neste sentido, os indígenas afirmam que são descendentes de casamentos endogâmicos contraídos entre os filhos dos irmãos Irineu Alves de Almeida e Vicente Alves. Foi esta parentela que iniciou o povoamento, que resultou na atual constituição da comunidade. As narrativas mais recorrentes remetem a cerca de pelo menos duzentos anos no local.

Nas histórias narradas pelos moradores sobre as famílias fundadoras da Oiticica, a memória social (POLLAK, 1989 e 1992) se evidencia como o ponto fundamental para o resgate, construção e afirmação das identidades dos indígenas no presente. Nesse processo de rememoração do passado (TODOROV, 2002), suas identidades são lembradas, construídas, reconstruídas e reivindicadas. A etnicidade decorrente deste exercício é uma manifestação de cunho cultural, social e político, que tem por base o uso das memórias e das narrativas vivenciadas. Quando proferidas, ajudam a montar referências do passado e fornecem elementos para garantir a coesão identitária no presente.

⁷ Nome de origem indígena usado para se referir a um ancião da comunidade Oiticica que optou por não se identificar. Relato concedido em novembro de 2022.

Como uma ferramenta de evocação do passado e de construção no presente, a memória social permite que os indígenas da comunidade Oiticica sejam, através da oralidade, os protagonistas da história indígena. São, portanto, sujeitos históricos (CARNEIRO DA CUNHA, 1992 e 2009; SAHLINS, 2004), que, por meio das narrativas, atribuem o significado étnico à migração de seus antepassados da serra da Ibiapaba, das Cacimbas e de Nazaré, assim como ao casamento das famílias fundadoras. Nesse contexto, é por meio da oralidade que se “transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (POLLAK 1989, p. 5). É isso que visualizamos na construção da identidade coletiva e na luta por direitos específicos através do movimento de emergência étnica. A migração, a junção de indígenas de regiões diversas e o casamento entre os filhos dos fundadores da Oiticica – costume mantido pela comunidade por um longo tempo –, indicam a origem étnica e evidenciam um traço particular, a história indígena da comunidade.

A pele clara desses fundadores, como destacado anteriormente, também presente nos moradores da comunidade e a semelhança entre seus membros, é um traço que destaca o povo da Oiticica. Devido aos casamentos endogâmicos⁸, as características fenotípicas como pele amarela, cabelos lisos e narizes salientes, presentes na maioria dos membros, são sinais que os identificam. Além disso, como também já mencionado, os moradores têm um comportamento específico quando em público, de sempre procurarem ficar em grupo com seus semelhantes. Estas práticas são concebidas como sinais de distintividade do povo da Oiticica, por meio dessa representação, a coletividade se identifica e é identificada pelos outros na base de dicotomizações Nós/Eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõem derivados de uma origem comum (WEBER, 1991), que são realçados nas interações sociais (POUTGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 143).

As referidas dicotomizações que caracterizam a comunidade antes da sustentação pública da indianidade, demonstram a existência de uma coletividade com limites estabelecidos em meio às relações que estabelecem. Esse repertório foi intensificado e acrescido de novos sinais diacríticos, resultando na constituição de um grupo étnico.

⁸ Segundo os relatos coletados, os casamentos endogâmicos aconteciam geralmente entre primos de diferentes graus e eram muito comuns na comunidade.

Construção das fronteiras e emergência étnica

Uma vez que já estava estabelecida a distintividade entre os moradores da Oiticica e outras coletividades de Piripiri, quando isso se torna uma distinção étnica? Para entender como isso acontece, é importante abordarmos algumas contribuições teóricas sobre etnicidade, para situar a nossa compreensão sobre o que ocorre com os Tabajara da Oiticica.

Hutchinson & Smith (1996) e Poutignat e Streiffe-Fenart (1998) trazem uma síntese das principais teorias de etnicidade. Não é nossa pretensão considerar todas elas. Para este artigo é necessário apenas situar os autores que são pertinentes para a análise do caso em questão.

Fredrik Barth (2000, p. 27) com a definição de grupo étnico como uma forma de organização social é um autor de grande relevância para pensarmos essa questão. Ele elenca as definições de grupo étnico mais recorrentes na literatura antropológica e afirma que são definidos usualmente como uma população que:

1. em grande medida se autoperpetua do ponto de vista biológico;
2. compartilha valores culturais fundamentais, realizados de modo patentemente unitário em determinadas formas culturais;
3. constitui campo de comunicação e interação;
4. tem um conjunto de membros que se identificam e são identificados por outros, como constituindo uma categoria que pode ser distinguida de outras categorias da mesma ordem (BARTH, 2000, 27).

Considerando essa definição tipo-ideal, o autor nos convida a privilegiar o item 4 da lista por ser o elemento socialmente mais efetivo. Partindo dessa argumentação, o autor defende que os grupos étnicos são uma forma de organização social e as fronteiras étnicas como espaço privilegiado nas pesquisas.

Thomas Eriksen (2002) também é um referencial para a compreensão da emergência étnica dos Tabajara da Oiticica. A definição de etnicidade do autor compreende o relacionamento de grupos que se consideram e são considerados culturalmente distintos. Embora dois grupos tenham a mesma forma cultural, na medida em que eles passam a se perceber como diferentes, passarão a desenvolver relações interétnicas, pois buscaram agir de modo a estabelecer diferenças. Inversamente, dois grupos portadores de diferenças culturais não se constituirão como grupos se não houver a consciência da distinção, que é necessária para a construção da etnicidade.

Acertadamente, Eriksen (2002) chama atenção para a relação entre cultura, história e etnicidade. Essa postura é importante, pois nos permite superar a equivocada crença na liberdade total dos sujeitos sociais na construção da identidade étnica.

Abner Cohen (1978) é o terceiro autor que desejamos mencionar. A etnicidade para ele é uma dimensão política de grupos organizados informalmente a partir de atributos e um idioma étnico. Isso faz com que atuem como um grupo de interesse frente a outras coletividades.

Como um grupo étnico (BARTH, 2000; ERIKSEN, 2002 e COHEN, 1978), a comunidade Oiticica começa a se organizar no ano de 2015, vinculada à luta dos indígenas Tabajara da cidade Piripiri. Nesta mobilização houve a atuação da antropóloga e indígena Sheila Sales. Esse é o primeiro momento em que a comunidade começa a externar com maior intensidade sua identidade indígena e a reivindicar publicamente o acesso a direitos específicos, por meio da identificação de uma única família.

No ano de 2016, a partir de uma pesquisa dos alunos da comunidade matriculados no curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí (UFPI), surge novamente a questão indígena evidenciada pelos relatos de memória e vivência dos moradores mais velhos. Desde então, a identidade dos indígenas passou a ser elaborada com maior intensidade e a partir do processo de rememoração desencadeado e mais famílias passaram a se identificar e a participar dos diversos eventos locais e regionais que propunham discussões sobre os direitos específicos e políticas públicas voltadas para populações indígenas.

Reuniões internas começaram a ser realizadas na comunidade com o intuito de partilhar as informações sobre suas raízes indígenas, o que gradativamente estimulou a autodeclaração crescente das famílias. No início da luta dos Tabajara Alongá, os Tabajara da zona urbana de Piripiri contribuíram neste processo, no entanto, algumas divergências internas provocaram certos conflitos, que começaram a ser superado com o convite para a consagração da oca da comunidade. Já a relação com os Tabajara Ypy do povoado Canto da Várzea, acontece a partir da procura dos indígenas da comunidade Oiticica aos trabalhos de cura realizados por pajé Vitor, no âmbito da saúde física e espiritual. Além de haver também uma articulação política entre as duas comunidades.

No que se refere ao processo de escolha do atual cacique, este se deu no ano de 2022, por meio da realização de uma assembleia, na qual Sávio Santos foi indicado pela própria comunidade para ocupar a posição de liderança. Logo no segundo semestre deste

mesmo ano, foi iniciado o processo de fundação da Associação Indígena dos Povos Tabajara e Alongá⁹ da Comunidade Oiticica – APOINO. Neste período também foi iniciada a construção da oca.

Vale dizer que o uso do etnônimo Tabajara Alongá, a escolha do cacique, a criação da APOINO e a construção da oca representam o esforço da comunidade em vista da produção de sinais diacríticos (CARNEIRO DA CUNHA, 1986) que legitimem sua indianidade.

No processo de emergência étnica indígena vivenciado pelos Tabajara Alongá, as fronteiras que garantem a diferenciação do grupo, tanto foram mantidas, como fortificadas por novos traços distintivos e pela definição de regras de inclusão e exclusão no grupo. Sinais de distintividade já faziam parte de suas vivências, como os casamentos endogâmicos que, segundo eles, geraram semelhança fenotípicas entre os moradores e a manifestação de um comportamento compartilhado que tornaram o povo da Oiticica facilmente identificável na região.

Com o processo de emergência étnica esses sinais passaram a ser construídos com a finalidade de evidenciar a diferença em relação aos não indígenas, de fortalecer suas identidades e demarcar suas fronteiras étnicas. A consagração da oca, evento que será descrito a seguir, é um momento em que os sinais diacríticos se manifestaram de forma contundente, evidenciando a construção da etnicidade em relação com a cultura e a história (ERIKSEN, 1991). São estratégias adotadas que evidenciam a capacidade de agir como grupo de interesse (COHEN, 1978).

O evento de consagração da oca

O ritual de consagração da Oca do povo Tabajara Alongá aconteceu no mês de março de 2023 e foi conduzido pelo pajé Chicão, liderança espiritual do povo Tabajara da zona urbana de Piripiri. O processo de construção dessa habitação se estendeu por alguns meses e antes de sua consagração algumas reuniões e encontros foram realizados pela comunidade no local. No entanto, nenhuma reunião pública contando com as lideranças indígenas do município havia sido feita no sentido de celebrar a existência da primeira oca dos indígenas da comunidade Oiticica. Assim, algumas semanas após a finalização da construção e preparação dos arredores, o cacique Sávio Santos convida para a realização

⁹ Embora no nome da associação tenham optado por demarcar a distinção entre os dois grupos étnicos, no cotidiano da comunidade é mencionado Tabajara Alongá, o que nos faz acreditar que se percebem como uma comunidade que se constituiu a partir da junção dos Tabajara com os Alongá.

deste evento as lideranças da comunidade Tabajara da zona urbana e do povoado Canto da Várzea. Na ocasião, além dos indígenas do município de Piripiri, havia também representantes da FUNAI e do ICMBio, que na mesma data faziam a qualificação dos territórios indígenas do município¹⁰.

Como responsável pela condução do ritual de consagração, a primeira ação do pajé Chicão, ao chegar no território onde fica localizada a oca, foi recolher alguns galhos secos que se encontravam nas proximidades. Sua intenção nesse momento era fazer uma grande fogueira em homenagem aos Encantados, ao tempo em que a fumaça expelida por esta cumpriria também a função de purificar o ambiente. Os galhos recolhidos foram posicionados a dois metros do portão que dá acesso à oca e logo após um breve momento de meditação, a chama foi acesa. Segundo o pajé, a fogueira – formada por galhos posicionados em sentido vertical que se sustentavam graças a duas estacas fincadas de cada lado – estaria presente no mundo humano e no encantado, onde habitam os parentes indígenas desencarnados, que guiam e zelam por aqueles que seguem a luta na terra.

Na busca pelos galhos secos que dariam vida a fogueira, o pajé encontra um importante artefato a ser doado para o futuro museu da comunidade¹¹, um tronco de árvore de aproximadamente 0,40 centímetros que evidencia em sua estrutura formas humanas, animais e vegetais. Pequenos troncos, galhos ou raízes que demonstram formas diversas são encontrados pelo pajé na mata e guardados em seu santuário, um desses estaria sendo escolhido para ser entregue para o cacique dos Tabajara Alongá, quando recebeu a “mensagem” de que no próprio território da comunidade Oiticica encontraria a peça. Assim, do lado esquerdo da oca, entre algumas rochas características da região, o pajé encontra esse “*elemento da natureza que representa o povo Tabajara Alongá da Oiticica*” e que é a primeira peça doada para seu futuro museu.

¹⁰ Nesse momento a equipe da FUNAI coletou dados para a produção do relatório de qualificação da demanda fundiária das comunidades indígenas do município de Piripiri, sendo estas a Tabajara da zona urbana, a Tabajara Ypy do povoado Canto da Várzea e a Tabajara Alongá do povoado Oiticica. Este procedimento nos permite afirmar que no âmbito do órgão indigenista oficial, os territórios foram qualificados. É importante ressaltar que os indígenas do município possuem uma terra titulada pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), uma área de aproximadamente 150 hectares, doada pelo governo do Estado. No entanto, essa área é insuficiente para atender à reprodução social do número de famílias de sequer uma dessas comunidades.

¹¹ Com fortalecimento dos laços étnicos, o povo Tabajara Alongá expressa o desejo de criar um espaço de memória da comunidade Oiticica. Esse projeto, ainda em desenvolvimento, está sendo construído em alinhamento com o processo de consolidação da etnicidade do grupo. Um desafio no momento é a falta de recursos para efetivar a criação do museu.

Imagem 1 e 2 - Peça encontrada pelo pajé no território da comunidade e fogueira feita na ocasião de consagração da oca



Fonte: Jussarina Adriana da Silva Carvalho, 2023.

O fato deste elemento simbólico ser encontrado no território da comunidade, por uma liderança espiritual guiada pelas entidades espirituais, revela uma parte muito importante no processo construção da etnicidade deste povo. Temos nesse momento uma manifestação da espiritualidade indígena por meio de uma peça, cujo significados foram revelados somente para o cacique da comunidade e que ocupará nesta, um espaço de memória. Um maior contato com espiritualidade indígena é uma dimensão a ser afluída durante este processo de forma consciente ou inconscientemente por meio do sentimento do pertencimento étnico, que terá a ação das entidades encantadas e a fé no Deus Tupã como forças potencializadoras das lutas que serão travadas pelos indígenas da comunidade.

A celebração de consagração se encerrou ao meio-dia, contudo as interações entre os integrantes das comunidades se estenderam até o final da tarde. Segundo o pajé Chicão, durante esse tempo, as pessoas que acessavam a oca passavam imediatamente por uma limpeza energética a partir da fumaça e do calor emanados pela fogueira que permaneceu

acesa mesmo após uma forte tempestade. Seres das matas, invisíveis aos olhos leigos, também estariam presentes no local para abençoar e prestigiar este momento.

Já no interior da oca, ainda no início do ritual de consagração, um defumador composto por cascas de árvores e outras espécies vegetais, cumpria junto a fogueira a função de purificar o ambiente e dispersar energias negativas, além de estimular a concentração e a conexão naquele momento de contato com a espiritualidade e *alevante* da comunidade. A expressão *alevante* é uma categoria nativa (GUIMARÃES, 2008), muito usada pelo povo Tabajara de Piripiri, que nesse momento faz referência a emergência étnica dos Tabajara Alongá da Oiticica. Essa categoria é sempre mencionada pelo cacique Zé Guilherme quando relembra o início da organização da comunidade da zona urbana, no ano de 2005: “*nós já éramos reconhecidos como índios do Piauí, faltava só o alevante*¹².” Sendo percebidos e se percebendo como diferentes, faltava na concepção do cacique “apenas” a organização do grupo enquanto uma coletividade étnica junto ao desenvolvimento dos processos característicos da emergência. Exatamente o que está sendo vivenciado pelos Tabajara Alongá na contemporaneidade.

Com o defumador posicionado no centro da oca, pajé Chicão convida pajé Vitor, com quem a comunidade já tem uma relação de orientação espiritual e cacique Marcos, ambos do povo Tabajara-Ypy da comunidade Canto da Várzea, para estarem junto a ele em um momento de oração em volta do mastro central. Após todos rezarem as orações católicas Pai Nosso, Ave Maria e Santa Maria, Chicão começa a contar um pouco da trajetória do povo Tabajara de Piripiri. Falando sobre o início da organização do grupo étnico na cidade, participação no movimento indígena, o surgimento de outros grupos no município e atuação política das lideranças, o pajé caminha ao redor da oca, especificamente entre o centro e as pessoas que estão à sua volta, balançando o defumador para que sua fumaça se espalhe pelo ambiente.

Chamando esse momento de “*alevante dos Tabajara Alongá*”, o pajé menciona por algumas vezes o nome de Sávio, reconhecendo-o formal e publicamente como liderança da comunidade Oiticica. Entretanto, a identificação feita pelo pajé nessa ocasião, não implica em um não reconhecimento anterior sobre a posição de Sávio. A sua função como representante da comunidade se efetivou desde a sua escolha como liderança política, sendo assim reconhecido tanto pelo povo Tabajara como outros povos indígenas do Piauí. O que acontece nessa oportunidade; tem o sentido relacionado ao caráter de oficialidade do

¹² Relato concedido em abril de 2022.

alevante, principalmente devido à consagração desta habitação, que é considerada sagrada para os povos indígenas.

Ao concluir sua fala sobre a história de luta do povo Tabajara, enquanto defumava o ambiente, Chicão mostra algumas das peças de artesanatos que produz e explica seus significados, tendo como objetivo estimular a comunidade Tabajara Alongá nas suas próprias produções. Nesse momento, o pajé relata muita emoção e alegria com a realização deste encontro, que evidencia também a união entre as comunidades indígenas do município. Após a exposição da lança, maracá e pau de chuva, se dá início ao ritual do toré.

Como sinal diacrítico da indianidade da região Nordeste (GRUNEWALD, 2004, p. 16), em seus vários sentidos o toré consiste em um ritual político, protagonizado sempre que é necessário demarcar as fronteiras entre “indígenas” e “brancos” (OLIVEIRA, 1976). Além de possuir um sentido festivo, o toré é também um momento religioso em que se pede força e proteção aos Encantados para as lutas diárias. É também expressão da resistência indígena e uma manifestação cultural que evidencia a vitalidade do patrimônio imaterial como elemento que integra a construção da etnicidade indígena.

Nesta ocasião o ritual concluiria a consagração da oca por meio dos cantos, preces e agradecimentos feitos aos Encantados. Assim, com o pajé no centro da oca um círculo de pessoas é formado em sua volta, dentro deste, um círculo menor com as lideranças e aqueles que possuíam cocar. Posicionado no chão, com a mão direita levantada, Chicão inicia o primeiro canto do toré, “Estrondo na Aldeia” e é acompanhado por aqueles que já o conhecem.

Alguns indígenas da comunidade Oiticica não possuem maracá e conhecem poucos cantos/doutrinas do toré. Assim, os que cantaram junto com o pajé são as lideranças que estão no círculo menor, já familiarizadas com o ritual. No toré realizado pelos Tabajara de Piripiri há os cantos do toré e as doutrinas de caboclo, os primeiros teriam um sentido mais festivo, usado sobretudo em situações em que é necessário haver uma breve apresentação do ritual em seu caráter político. Já as doutrinas de caboclo em seu sentido *fechada*¹³ e *aberta*, presentes em rituais mais longos e íntimos, podem respectivamente, serem cantadas

¹³ Segundo pajé Chicão, na doutrina cantada em sua forma “fechada” é pedido permissão para que se cantar sem que ninguém seja atingido por qualquer manifestação espiritual. Nesse momento não acontecem irradiações, nem mesmo incorporações entre os presentes.

sem haver a manifestação da irradiação ou incorporação¹⁴ e serem cantadas chamando os caboclos/espíritos indígenas para se manifestarem.

No toré realizado na oca da comunidade Oiticica, as doutrinas possuíam o sentido aberto, uma vez que o pajé Vitor pediu para que o pajé Chicão suspendesse o canto para que ele não incorporasse naquele momento. A relação entre fé católica, espiritualidade indígena e manifestações de religiões afro-brasileiras, como acontece nesse último momento do ritual por meio das doutrinas de caboclo, é segundo Lima (2020) verificada com uma certa recorrência na espiritualidade dos grupos indígenas no Nordeste, o que conseqüentemente, fornece elementos para a composição do ritual do toré. Após alguns minutos de canto o ritual é encerrado com o chacoalhar dos maracás.

Sendo o toré moldado em sentidos e formas distintas em decorrência das particularidades históricas de cada grupo (GRUNEWALD, 2004), aprender o ritual, o conduzindo e compondo seus cantos a partir das particularidades históricas e culturais da comunidade e das influências religiosas que esta possui, é parte primordial da continuidade do processo de construção da etnicidade dos Tabajara Alongá.

Esse processo de reaproximação dos indígenas com o toré, poderá nesse momento, contar com o auxílio do pajé Chicão, que se dispõem a repassar para a comunidade alguns cantos e doutrinas cantados no ritual, assim como ensinar a produzir os maracás de coco, instrumento usado durante o toré que exigem certa delicadeza e *ciência* em sua produção. Posteriormente, a expectativa é que os Tabajara Alongá complementarão o toré a partir de elementos que exibem suas particularidades por meio dos cantos, instrumentos e organização própria.

Após a finalização do ritual de consagração da oca, relações de trocas entre as comunidades são mencionadas pelo pajé Chicão em uma conversa com o cacique Sávio, no que se refere a algumas sementes de pau-brasil presentes no território em troca de maracás ou o que a comunidade possa necessitar de suas produções. Na concepção barthiana, a manutenção das fronteiras étnicas necessita da organização das trocas entre os grupos e da ativação de uma série de proscições regendo suas interações (BARTH, 2000).

Nesse sentido, o apoio de outras comunidades no processo de emergência étnica, o estabelecimento de trocas entre estas, assim como a definição sobre suas interações, se

¹⁴ A irradiação consiste no momento que antecede a incorporação, durante este há apenas a emanação da energia da entidade correspondente à doutrina cantada sobre determinado indivíduo. Já quando ocorre a incorporação, o indivíduo entra em transe mediúnico, adota as características ou comportamento da entidade que se manifestou e esta assume as ações do corpo.

evidenciam como um dos fatores de fortalecimento e manutenção da fronteira étnica de um grupo. Isto é demarcado pela comunidade Oiticica por meio adoção de sinais diacríticos, do estabelecimento de relações com outras comunidades Tabajara e também no contato com não indígenas. As diferenças são posicionadas em termos de contraste Nós/Eles, ocasionando a existência da etnicidade por meio de estabelecimento de identidade contrastiva (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976).

Diante desta conjuntura é válido salientar, conforme apontado por Barth (2000) no que se refere às fronteiras étnicas, que o isolamento social e geográfico não se mostra como ponto crucial para a manutenção da diversidade cultural de um povo. Segundo o autor, as interações são a base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos e dentro desses sistemas as diferenças culturais podem persistir apesar do contato e da interdependência entre grupos. Sob essa perspectiva, as interações entre os Tabajara Alongá e outros grupos indígenas ou não indígenas não implicará na sua perda cultural, mas sim na sustentação de sua distinção étnica.

Foi possível observar no evento de consagração da Oca da comunidade Oiticica, entre os sinais que expressam distintividade cultural, adotados pela comunidade a partir de sua organização enquanto grupo étnico, o uso de pinturas corporais, cocares e a produção de biojóias feitas em sua maior parte com sementes de pau-brasil e pingentes de coco babaçu. Nesse contexto, o babaçu aparece como um elemento símbolo da comunidade, presente no território, em suas peças e no logotipo da associação. No que se refere à relação do coco babaçu com a comunidade o cacique Sávio Santos, declara:

Em relação ao babaçu, levamos em consideração um contexto histórico. Ele foi uma fonte de renda, de alimento para as pessoas e animais, muito importante do ponto de vista econômico e na soberania alimentar do povo. As pessoas quebravam o coco e utilizavam o azeite para temperar o alimento e o leite do coco também, para temperar a comida, para comer com farinha. E do ponto de vista econômico para as pessoas terem algum dinheiro se vendia esses produtos. Esse coco é também um alimento que muitas caças comem, então a fauna local também tem essa relação. Isso foi proibido por muito tempo, os indígenas só tinham acesso a alguma palmeira que tivesse na região de cima. Quando as pessoas quebravam, nascia, mas demora para palmeira botar, aí eles tinham que pegar escondido do pessoal que se dizia donos das terras. Hoje a extração diminuiu, por conta do trabalho e da desvalorização do produto, o valor que se vendia o azeite não era o suficiente para compensar o trabalho e as pessoas começaram a fazer outras atividades. Algumas mulheres ainda fazem isso. Na minha família éramos todos nós para fazer o processo, mas ainda há famílias que trabalham com a extração do azeite. Inclusive ele é símbolo, está presente na logo da nossa associação e também do povo indígena, ele é um dos elementos (Cacique Sávio Santos, 2023).

Atualmente, com a aprovação da Lei Babaçu Livre (nº 7.888, de 09 de dezembro de 2022), que reconhece a coleta e a quebra do coco babaçu como patrimônio cultural do

Revista Memória em Rede, Pelotas, v.17, n.32, Jan/Jun 2025 – ISSN- 2177-4129
<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria>

Estado do Piauí, as atividades tradicionais de coleta e quebra de coco babaçu, bem como os produtos delas decorrentes e seu modo tradicional de produzir¹⁵, as famílias indígenas da comunidade Oiticica podem, se desejarem, ter livre acesso aos babaçuais e retomar esta prática extrativista. Como parte da história da comunidade, o coco babaçu e sua palmeira foram recuperados com um símbolo desta, junto com a árvore oiticica e o pau-brasil.

Todos os sinais de distintividade cultural aqui mencionados, que constituem e fortalecem a identidade indígena no *alevante* dos Tabajara Alongá, são elementos que juntamente a tantos outros, representam o que Hobsbawm e Ranger (1997) definem como “tradição inventada”. Esta é, portanto,

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras, tácitas ou abertamente aceitas, em que tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que automaticamente, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado (HOBBSAWM e RANGER, 1997, p. 9).

No processo de emergência étnica vivenciado pelos Tabajara Alongá, suas tradições são criadas ou retomadas a partir da rememoração de uma herança cultural compartilhada pela comunidade que tem como horizonte um projeto de futuro. Essa herança é encontrada na memória dos anciões, na prática e conhecimentos de lideranças e sábios e trazida para o presente, fortalecendo diversas práticas da cultura indígena que passam a ser praticadas e repetidas, estabelecendo uma relação com o passado histórico das identidades que acionam. Nessas circunstâncias, podemos dizer que na “tradição inventada” (HOBBSAWM E RANGER, 1997), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante para a continuidade e a coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1989 e 1992).

O evento de consagração da oca foi um momento em que, apesar de passados alguns anos desde o início da organização do grupo étnico, aparece como um marco da etnicidade em construção. A ocasião foi oportuna também para manifestações de elementos que indicam a construção da etnicidade deste povo em vista de promover o reconhecimento da indianidade, o que inclui as trocas de experiências, a produção de artesanato e as relações estabelecidas com outras comunidades. Na continuação do *alevante*, que conta com o apoio das demais comunidades Tabajara do Piauí, a comunidade Oiticica detém o protagonismo na escolha dos sinais de distintividade cultural que adota, das tradições que

¹⁵ Fonte: <https://www.miqcb.org/post/baba%C3%A7u-livre-agora-%C3%A9-lei-no-estado-do-piau%C3%AD>
Acessado em: 23 mai. 2023

reinventa e das relações sociais e políticas que estabelece a partir de suas aspirações individuais e coletivas.

Considerações finais

A construção de uma oca, enquanto um sinal diacrítico de indianidade e organização política, é um evento importante para a demarcação de fronteiras identitárias características da etnicidade dos Tabajara Alongá. No desenvolvimento deste texto apresentamos, por meio do relato etnográfico, o momento de consagração da oca do referido grupo. Nesse evento foi possível observar a manifestação de diversos sinais de distintividade cultural construídos e adotados pela comunidade, assim como identificar o estabelecimento de relações com as outras comunidades indígenas do município, que se dispõem a contribuir com o processo de emergência étnica vivenciado pela comunidade, a partir do estabelecimento de articulações políticas e relações de trocas.

Nesta produção também narramos as origens indígenas da comunidade Oiticica, por intermédio dos relatos de memória social de seus anciões. Nos relatos já estão presentes elementos de distintividade coletiva antes mesmo da organização enquanto grupo étnico. Os elementos mencionados foram os casamentos endogâmicos, as semelhanças fenotípicas entre os membros da comunidade e o compartilhamento de um determinado comportamento social frente a outras coletividades.

No que diz respeito ao processo de emergência étnica, a comunidade evidencia seu protagonismo através da atribuição de sentido étnico às narrativas do passado, do uso do etnônimo Tabajara Alongá, da organização política evidenciada na escolha do cacique, da criação da Associação Indígena dos Povos Tabajara e Alongá da Comunidade Oiticica - APOINO e da definição de símbolos que representam sua história e identidade. Diante da complexidade das temáticas aqui abordadas, este artigo é um relato etnográfico importante que evidencia como está sendo construída a etnicidade dos indígenas Tabajara Alongá.

Referências bibliográficas

ARRUTI, José Maurício P. A. *O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu*. Rio de Janeiro: PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, 1996.
_____. De como a cultura se faz política e vice-versa: sobre religiões, festas, negritudes e indianidade no Nordeste contemporâneo. In: IV CICLO NAÇÃO E RELIGIÃO – 500 ANOS – EXPERIÊNCIA E DESTINO, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: FUNART/UERJ/UENF, 2002.

Revista Memória em Rede, Pelotas, v.17, n.32, Jan/Jun 2025 – ISSN- 2177-4129
<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria>

- BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- _____. Identidades emergentes, soluções heterodoxas: o caso da (não) demarcação da Terra Indígena Tapeba. In: ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do (Org.). *Política indigenista: Leste e Nordeste brasileiros*. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2000.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T. (Org.). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. Introdução a uma história indígena. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.
- _____. Por uma história indígena e do indigenismo. In: _____. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 [1974].
- ERIKSEN, Thomas Hylland. The cultural contexts of ethnic differences. *Man: Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 26, n. 1, 1991.
- _____. *Ethnicity and nationalism: anthropological perspectives*. London; Sterling, VA: Pluto Press, 2002.
- GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. As múltiplas incertezas do Toré. In: _____ (Org.). *Toré: regime encantado dos índios do Nordeste*. Recife: Ed. Massangana (FUNDAJ), 2004.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo (Org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2. ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- LIMA, Carmen Lúcia Silva. *Trajetórias entre contextos e mediações: a construção da etnicidade Potiguara na Serra das Matas*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- _____. A atual “indigenização” da população brasileira. In: XV CICLO DE ESTUDOS SOBRE O IMAGINÁRIO, Recife. Anais [...]. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008.
- _____. As perambulações: etnicidade, memória e territorialidade indígena na serra das Matas. In: PALITOT, Estevão Martins (Org.). *Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza: SECULT; Museu do Ceará; IMOPEC, 2009.
- Revista Memória em Rede, Pelotas, v.17, n.32, Jan/Jun 2025 – ISSN- 2177-4129**
<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria>

_____. *Indígenas na cidade: os Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Crateús*. Recife: Ed. UFPE, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. Seguido de: Barth, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A viagem da volta – reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas no Nordeste. In: PETI/Museu Nacional/UFRJ. *Atlas das terras indígenas/Nordeste*. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional/UFRJ, 1994.

_____. (Org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____ (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

_____. Três teses equivocadas sobre o indigenismo (em especial sobre os índios do nordeste). In: ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do (Org.). *Política indigenista: Leste e Nordeste brasileiros*. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2000.

SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*. São Paulo: Arx, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A indianidade é um projeto de futuro, não uma memória do passado. *Prisma Jurídico*, v. 10, n. 2, p. 257-268, jul./dez. 2011.

WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: _____. *Economia e sociedade*. v. 1. Brasília: Editora UnB, 1991.